



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista a Diretores e Chefes de Redação de Jornais em 3 de julho de 1990

Roberto Müller (Gazeta Mercantil): Em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite. Eu queria perguntar ao senhor a respeito da nova política industrial e comercial que o senhor acaba de divulgar. Não obstante haja consenso sobre a necessidade de modernizar o parque industrial e de eliminar os obstáculos à modernização e ao ingresso de produtos com tecnologia mais sofisticada no Brasil, os fatos de, aparentemente, o Brasil não dispor de tantas reservas assim e de estar com uma negociação em curso com os credores privados, levaram a que muitas pessoas chegassem a sugerir que, embora o conteúdo das medidas fosse correto, talvez tivesse havido uma certa ingenuidade na sua apresentação; que talvez tivesse sido melhor negociá-las ao invés de colocá-las, gratuitamente, à comunidade de negócios internacional.

Presidente: Nós detectamos dois graves conflitos para que o Brasil pudesse ingressar na modernidade. O primeiro, o conflito das relações capital-trabalho, ou seja, a tentação do Governo de sempre resolver esse conflito com a indexação preço-salário. Esse era o conflito e essa era a tentação. O segundo conflito situa-se exatamente na falta de exposição à competitividade do nosso

parque industrial. A tentação de aumentar a eficiência pela competitividade sempre levou, diante dos reclamos, ao estabelecimento de medidas protecionistas e à criação de cartórios. Esse era outro conflito e essa era outra tentação. Tínhamos de solucionar esses conflitos com atitudes vigorosas e com coragem. Como resolver esse conflito entre capital-trabalho? Lutando tenazmente para evitar a indexação, porque a indexação somente abre duas alternativas ao País: de um lado uma hiperinflação, que será alcançada num curtíssimo espaço de tempo e de magnitude difícil de ser prevista; de outro lado, uma brutal recessão. Temos que evitar uma e outra alternativa. Temos que enfrentar a situação corajosamente, tentando convencer a sociedade de que a corrida do salário atrás do preço, atrás da inflação tem efeito draconiano sobre a renda do trabalhador, porque traz apenas uma ilusão, em função da maior quantidade de moeda que ele tem em mãos no final do mês, de que aquilo dá a ele condições de comprar mais e de melhorar o seu padrão de vida, quando nós sabemos que isso não é verdade.

Quanto ao segundo conflito, não poderíamos mais conviver com o nosso parque industrial, que obedece a uma matriz bem interessante, sem expô-lo paulatinamente à competitividade. Isso não significa que o estejamos expondo, como alguns disseram. O que estabelecemos foi uma nova política industrial e uma nova política de comércio exterior, perfeitamente compatíveis e conciliadas não somente com o discurso, mas com os compromissos que assumimos em campanha e com o nosso programa econômico. Essa exposição será feita mediante a edição das normas que vão regulamentar essa política, a serem baixadas pelo Ministério da Economia e pelo Banco Central. Nós não queremos expô-la de uma maneira total e absoluta, mas sim de uma forma paulatina, de uma forma segura, mas fundamentalmente sinalizando o nosso objetivo.

Em instante algum houve qualquer tipo de ingenuidade ao estabelecermos essa política até porque ela está perfeitamente enlaçada com aquilo a que me referi. Eu me lembro de que, durante a campanha política, quando propunha o fim dessas reservas, inclusive da reserva de informática, isso causava espanto em alguns setores: «Mas como? Não pode. Com isso não se pode mexer». Mas tem que ser mexido. A única maneira de trei-

narmos o nosso empresariado é submetendo-o à competitividade. E ele é competitivo.

Não tenho a menor dúvida de que o empresário brasileiro, quando fustigado na sua inércia decorrente do apadrinhamento e das proteções, — ele reage e reage bem. Na viagem que fiz à Europa, em diversas oportunidades, pessoas perguntavam: «O que é que nós podemos fazer para ajudar o Brasil?» E eu dizia que não estava ali exatamente para pedir a ajuda daqueles senhores, mas para levar a eles o nosso programa, aquilo que desejávamos implementar no Brasil — o Brasil que nós devemos construir. Se eventualmente esse Brasil que nós erigirmos, saído das urnas, for um Brasil que atraia o interesse desses senhores, eles serão muito bem recebidos, serão muito bem-vindos. E é isso que nós desejamos: nos engajar dentro do Primeiro Mundo.

Mas a grande realidade é que o Brasil estava muito atrasado em relação à evolução do mundo. E nós precisamos queimar etapas, precisamos vencer esse *gap* que existe, com atitudes como a que estamos tomando e que eu, pelo que tenho visto, tem sido bem entendida pelo mundo de um modo geral e, particularmente, pelo sistema financeiro internacional.

Trabalho e Salários

Marcos Sá Corrêa (Jornal do Brasil): Olhando de fora os seus primeiros cento e tantos dias, eles deixam a impressão contraditória de que em alguns pontos o senhor encontrou estruturas que estavam podres, e bastou encostar o dedo para caírem sem nenhum barulho — a gente inclusive fica sem saber por que isso não foi tentado antes. Por exemplo: todas as regulamentações que dizem respeito à distribuição de petróleo, cada vez que levam um peteleco caem, e não se consegue nem identificar interesses organizados para defendê-las. Em outros campos da sua trajetória, vão ficando claras as resistências que são maiores ao Governo do que as presumidas. Por exemplo, na questão da política salarial. A sensação que dá é de que o Governo está se

emaranhando numa sucessão de providências, sem conseguir encontrar uma fórmula. Então, eu queria lhe perguntar o seguinte: se o Governo empurra realmente o País, cedo ou tarde, para o caminho da livre negociação, ele não vai ser obrigado, uma hora ou outra, a forçar as empresas a abrirem a discussão do lucro? Não é a única fórmula realmente de fazer a livre negociação?

Presidente: Perfeito. Inclusive isso é constitucional. A Constituição prevê o instituto da participação dos trabalhadores, dos empregados, no lucro das empresas. Resta, tão-somente, como outros artigos da Constituição, regulamentá-lo via Lei complementar.

Marcos Sá Corrêa: Mas não é só participação nos lucros. Não devem existir mecanismos ou criar-se a praxe para que as empresas abram de uma certa maneira as suas contas, sem que seja através de uma quase intervenção sindical, para dizer: «Olha, eu posso dar tanto...»

Presidente: Veja bem, o que nós desejamos é que a livre negociação se estabeleça dentro do modelo clássico. O fato de a empresa abrir ou não as suas contas é objeto de uma livre negociação entre a empresa e o trabalhador. O Estado não pode interferir nisso. Ele pode agir, sim, oferecendo seu esforço, a sua participação para que sejam regulamentados artigos, como esse a que eu me referi, sobre a participação dos trabalhadores no lucro das empresas.

Então, é de se supor que se esse é um dispositivo constitucional que deverá ser brevemente regulamentado, portanto aplicável de imediato, e com força de Lei. É natural que o trabalhador que vai participar do lucro de uma empresa queira conhecer como aquele lucro foi formado. E isso será também objeto de uma livre negociação. Como eventualmente possa sugerir a sua pergunta, no momento em que o trabalhador tiver dúvida sobre se o lucro apresentado em balanço é rigorosamente aquele, ou, por algum motivo, está sendo escamoteado, acho que ele pode argüí-lo. E ele tem para isso respaldo de um dispositivo constitucional que garante a ele a participação no lucro

da empresa. Então isso seria objeto também da livre negociação.

O fundamental nessa questão da política salarial — e isso eu coloquei na última entrevista coletiva, aqui em Brasília, no auditório do Itamaraty — é que estabeleçamos algum mecanismo transitório que nos conduza do processo de intervenção total do Estado nas relações trabalhistas para a livre negociação. Instrumentos que, de alguma maneira, evitem que o trabalhador seja penalizado por atitudes de alguns empresários desprovidos do devido sentido social. Isso nós tentamos fazer, buscando criar esse mecanismo, através do Congresso, depois, através daquela possibilidade de entendimento, que estivemos a poucos passos de estabelecer, com a participação de todos — empresários, trabalhadores, consumidores, Governo — e que, infelizmente, talvez pela pouca observância da importância do momento, foi frustrada por aqueles que reagiram a esse entendimento.

Depois nós nos sentamos e tentamos, novamente, um entendimento via Congresso. Não se chegou ao entendimento e nós vimos chegar o final da primeira sessão legislativa e o início do recesso. Foi quando houve esse acordo, no Congresso entre as lideranças, de que, uma vez que não haveria tempo de votar a lei salarial, o Governo deveria enviar uma Medida Provisória para que o País não ficasse sem um parâmetro, até porque estavam sendo julgados diversos dissídios, nos TRTs e no TST, e estavam sendo concedidas liminares com reajustes de 160%, 180%. Por que a necessidade do parâmetro? Porque os próprios juízes não tinham como avaliar, não tinham como ter uma base em que pudessem se apoiar para fazer um julgamento em termos dos percentuais que estavam sendo solicitados. Chegando o recesso, não poderíamos esperar 30 dias sem que isso fosse observado. E foi isso que fizemos: no último dia 27 encaminhamos uma Medida Provisória, de comum acordo com o Congresso, salvo os partidos que estão nessa oposição, vamos dizer assim, sistemática.

Foi esse o sentido, o intuito da Medida. Mas o Congresso, sem uma razão maior, já que tinha havido um entendimento, se sentiu incomodado pelo fato de não ter legislado. E rapidamente

te começaram a gestar uma política salarial, que traz no seu bojo a indexação. E a indexação, como já afirmei, só traz dois caminhos: a hiperinflação ou uma brutal recessão.

Tínhamos que lutar contra isso. E a Medida Provisória traz um processo de reajuste com base nos últimos 12 meses, remetido para a data-base.

Os economistas todos, das diversas tendências, reconhecem que a política monetária executada pelo Governo está absolutamente dentro do figurino. Houve uma retração de 3% no meio circulante, uma coisa inédita no País. A nossa política fiscal continua vigorosa, também todos reconhecem. A reforma administrativa vai indo como nunca aconteceu com nada parecido no País, bastando constatarmos quantas empresas e autarquias que foram liquidadas, os conselhos extintos. Quanto à questão da privatização, alguns dizem: «Mas por que não começou?» É porque, para isso, também nós dependemos do Congresso.

A Comissão de Privatização que tinha que ser aprovada na Câmara já o foi, na última semana; a questão foi remetida para o Senado e o Senado ainda não apreciou a matéria. Faz parte do projeto de conversão que a Comissão de Privatização instituída pelo Governo teria que, depois de formada, ser submetida à aprovação do Congresso Nacional. Temos que cumprir esses rituais. Mas o processo está avançando, já estão escolhidas as primeiras empresas a serem privatizadas, o enxugamento da máquina continua.

Em suma, todas as políticas estão perfeitamente adequadas. Houve esse episódio da inflação de 9,1%, 9,6%, 10%, por aí. Tem alguma razão para isso? Não desejo jamais cair naquela tentação de dizer que é devido a isso ou aquilo. No passado, eu criticava quando se dizia que era devido ao chuchu, que era devido a algum produto. Mas hoje nós sabemos que essa inflação de 9% tem três componentes que estão fazendo com que ela permaneça nesse nível: alugueis, que trazem a inflação do cruzado; vestuário e os nossos hortifrutigranjeiros.

O restante está absolutamente sob controle, e para agosto, em função da política fiscal e dessa política monetária rigorosa, e não aceitando a tentação da indexação, aguardamos uma inflexão nos preços.

Ronaldo Junqueira (Correio Braziliense): Presidente, todo o mundo sabe, ou pelo menos a parte mais informada do País sabe, que o Estado brasileiro é perdulário, ineficiente e corrupto. O senhor não acha que foi um equívoco do seu governo anunciar, simultaneamente, uma reforma econômica e uma reforma administrativa, sabendo que iria enfrentar uma oposição brutal das estatais, do funcionalismo público? O senhor não acha que isso agravou alguns problemas? Estou longe de defender que o funcionalismo público não deva ser demitido. Não é essa a tese. Eu apenas pergunto se o Governo não poderia estar funcionando melhor caso essa reforma administrativa tivesse ficado para o segundo instante.

Presidente: Eu me permitiria dizer a você, Ronaldo, que não. Eu acho que tínhamos que começar agindo assim, até porque eu tenho alguma experiência — é claro que as dimensões são outras, mas os problemas são mais ou menos os mesmos. Eu encontrei isso na Prefeitura de Maceió, no Governo de Alagoas. Esse filme eu já vi, em outra dimensão, talvez não com essa pujança dos problemas de hoje, mas a reação é mais ou menos a mesma. Além disso, nós temos que cumprir a Constituição.

A Constituição diz o seguinte nas suas Disposições Transitórias: «A União, os Estados e os Municípios não podem ter as suas receitas correntes utilizadas em mais de 65% para o pagamento de pessoal». Aliás, eu pediria a permissão de vocês, para recordar que essa foi uma emenda apresentada por mim — assim como aquela dos marajás — ao Ministro Bernardo Cabral, que a incluiu na Constituição. Hoje esse artigo está nas Disposições Transitórias.

Esse limite de 65% deve ser alcançado à razão de 1/5 por ano, ou seja, há um prazo de cinco anos para fazer isso. E eu pergunto: como cumprir o dispositivo constitucional se você não pode demitir porque existe a estabilidade, não se pode reduzir os vencimentos porque há a irredutibilidade do salário,

não se pode colocar em disponibilidade com o pagamento proporcional ao tempo de serviço, pelo menos por enquanto, já que não existe uma decisão definitiva do Supremo? O Supremo entendeu, até o presente momento, pelo menos do ponto de vista de concessão de liminar, que a disponibilidade tem que se dar com o pagamento integral.

Por outro lado, a própria Constituição, se determina a irredutibilidade num artigo, permite, em outro, que os salários podem ser reduzidos mediante acordos firmados entre sindicatos e empregadores. Isso está na Constituição também. E nós verificamos, na prática, que isso está acontecendo agora: os trabalhadores fazendo acordo com empresas e reduzindo o seu salário, reduzindo a jornada. Por outro lado, há uma cobrança da sociedade para que o Estado faça a sua parte.

Os Cem Dias

Ronaldo Junqueira: Mas aí a meta anunciada de 360 mil demissões não foi muito ousada?

Presidente: Tudo depende do estilo. É a tal coisa, isso depende muito da maneira como você queira fazer. Acho que se eu tivesse começado a governar com o estilo «Não, espera aí, calma, vamos ver isso, vamos ver aquilo», muito pouca coisa teria sido feita.

Nós tínhamos que, de alguma forma, sacudir o País, acordar o País. Quando estabeleci o prazo de cem dias, foi mesmo para dar a idéia de nossa pressa e determinação, foi para dizer que as medidas eram para valer.

Se eu não tivesse estabelecido os cem dias, com um mês de governo o pessoal já estaria dizendo: «Ih, mas o Presidente chegou aí e até agora não fez nada. Já se passaram 30 dias». E ninguém ia se lembrar que há 120 dias atrás nós estávamos com uma inflação de 90% ao mês. Então, quando coloquei os cem dias, ao mesmo tempo em que balizava todo o Governo para

uma ação efetiva, eu transmitia à sociedade uma mensagem: «Bom realmente ele está aqui há 60 dias, mas o Presidente falou em cem. Vamos esperar que os cem dias se completem...

E o que verificamos também através da imprensa nunca foi a crítica ao prazo, e isso é muito interessante. Ao contrário, os comentários sobre as dispensas no serviço público, sempre foram: «Poxa, prometeu 360 e só demitiu até agora 60. Cadê os outros 300?» Ou seja, tem que demitir mais rápido, tem que dispensar mais rápido. Nós tínhamos uma outra dificuldade, que estamos superando. Como todos estão acompanhando no *Diário Oficial* e vem sendo publicado normalmente, aqui e acolá, fizemos um acordo com os trabalhadores para suspender temporariamente as demissões. Nas estatais, sobretudo, se estabelecem critérios, mas isso vai ser feito. Está sendo feito.

É preciso tomar cuidado para que não incorramos em alguns equívocos. Temos que ter cuidado para que esses nomes estejam atendendo aos critérios que foram estabelecidos. Outro dia, por um descuido, saiu na relação do Ministério da Agricultura um funcionário que havia detectado, por exemplo, a fraude na exportação da carne. Esse equívoco logo depois foi corrigido, e a pessoa reintegrada.

Acho que o *timing* foi correto, está sendo correto, por que a sociedade brasileira exige, e com justificadas razões, respostas rápidas para o atendimento das suas expectativas. São 20 anos de um processo inflacionário, são quatro planos que infelizmente não deram resultado, são dez anos efetivamente perdidos, não somente para o Brasil, mas acredito até para a América do Sul, e que nós precisamos recuperar rapidamente. A sociedade está desejando respostas rápidas para os seus reclamos, e é isso que estamos procurando fazer, até porque imaginamos que cinco anos de governo é um tempo considerável, mas é muito menor do que os desafios que temos pela frente. Se não nos ocuparmos nesses cinco anos, integralmente, na busca de solução para as questões nacionais, não estaremos cumprindo com aquilo que eu julgo seja o nosso dever.

Aqui também no governo o pessoal às vezes fala: «Presidente, reduza o ritmo. Não precisa fazer isso assim, não precisa fazer essa viagem, não precisa...». Mas é necessário, porque

sinto que a população deseja ação, deseja perceber que o Presidente está atento a tudo o que se passa. E é isso o que eu tenho procurado fazer, na medida do possível e na medida em que eu esteja habilitado a tal.

As Elites

Augusto Nunes (O Estado de São Paulo): Presidente, o senhor tem dividido as elites, grosso modo, em duas categorias: as modernizadoras e as que não se interessam pelo futuro do País, que não têm interesse pelos destinos do País. O senhor poderia mencionar alguns setores ou entidades que se enquadram nessa segunda categoria dos que não se interessam: Aliás eu pediria ao senhor que mencionasse também alguns exemplos dos que são modernizadores.

Presidente: Com a permissão de todos, particularmente a sua, Augusto, eu pediria para não mencionar nomes para não criar constrangimentos. Nós sabemos e notamos que nesse País existe uma elite responsável que é exatamente aquela que não precisa dos favores do Estado, que abdica desses favores, que sobrevive competitivamente, apesar do Governo. Essas são as elites que eu diria modernas e competitivas: aquelas que sobrevivem apesar do Governo. Ou seja, não só não têm nenhum tipo de ajuda nem se submetem a nenhum tipo de paternalismo do Estado, como conseguem superar os entraves que o Estado coloca para o desenvolvimento da sua atividade. Esses são os modernos, esses são os competitivos, esses são os eficientes.

No outro extremo estão aqueles empresários que somente conseguem sobreviver com o Governo. Retirada a ajuda do Governo, a colaboração do Governo, retirado o cartório do Governo, retirada a proteção do Estado, eles não estão preparados para sobreviver. Esses representam o atraso, o oposto do discurso que eles próprios fazem. Nessa universidade que para mim foi a campanha eleitoral, eu vi muitas vezes pessoas com um

discurso favorável à abertura da economia, à inserção do Brasil de uma forma competitiva no cenário internacional. E eu olhava para o sujeito e pensava: «Meu Deus do Céu, mas esse vai ser a primeira vítima, porque ele vai ter que se mostrar competitivo e ele não é. Ele está vivendo amparado nas benesses do Governo». Esse discurso deles é só para o vizinho: «Desde que não pegue a mim, tudo muito bem.»

Essa é a diferença que eu faria basicamente entre as elites. As elites que eu classifico como responsáveis, modernas, estão dispostas a enfrentar, a encarar o mundo de hoje e sobreviver apesar do Governo. Os outros não conseguem sobreviver se não tiverem a participação e a proteção do Estado.

Relação com a Imprensa

Evandro Carlos de Andrade (O Globo): As questões de comunicação costumam ser tidas como cruciais para o resultado de uma administração. Então, minha primeira pergunta é por que, pela primeira vez no seu governo, estão sendo convocados editores de jornais, mudando a prática das entrevistas coletivas que foram feitas até agora?

Presidente: Espero continuar com a prática das entrevistas coletivas, pois a acho muito salutar. O fato de eu ter formulado esse convite para essa nossa conversa de hoje, — e quero agradecer o fato de vocês terem aceitado esse convite — não significa em nenhum momento uma interrupção nessa prática das entrevistas coletivas, nem muito menos que eu esteja desmerecendo a boa qualidade dos trabalhos que vêm sendo executados pelos jornalistas credenciados junto ao Palácio do Planalto. É que nós estamos há mais de cem dias no governo e não havíamos tido ainda a oportunidade de conversar como hoje estamos fazendo. Afinal, os senhores representam 100% ou quase isso em termos de veículos de circulação nacional, e tenho como fundamental essa oportunidade de tratarmos desses assuntos que es-

tão aí no dia-a-dia, que são a pauta que os senhores fornecem a seus quadros de repórteres. Essa é uma iniciativa que eu gostaria, se todos os senhores estiverem de acordo, que também virasse uma praxe. Quem sabe de três em três meses, de 60 em 60 dias, pudéssemos nos reunir com os diretores de redação, os editores. Até imaginávamos chamar também alguns de televisão, mas não é apropriado porque é um outro tipo de linguagem, é um outro tipo de *approach*. Depois espero fazer o mesmo tipo de contato com as televisões. Mas o objetivo é meramente o de esclarecer todos os pontos da nossa ação, enfim, colocar também os nossos problemas, as nossas dificuldades, as nossas angústias, para poder continuar a ter nos senhores os críticos construtivos que venho encontrando na imprensa brasileira de um modo geral.

Relação com o Congresso

Jornalista: Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao senhor pelo convite e gostaria de perguntar ao senhor, em particular, sobre a base política de sustentação do Governo. Nas votações iniciais do Congresso Nacional, o senhor teve vitórias expressivas. Com o tempo, parece que a base parlamentar do Governo está se estreitando, e o senhor vem enfrentando dificuldades. Eu gostaria de saber do senhor como pretende agir em relação ao Congresso para buscar a ampliação dessa base parlamentar até as eleições, e como pretende atuar nas eleições para conseguir constituir uma bancada parlamentar, para os seus próximos quatro anos de mandato, que lhe dê sustentação. Gostaria de saber se o senhor vai apoiar candidatos aos governos estaduais, se vai subir nos palanques e quais serão os seus critérios para o apoio a candidatos ao governo e ao Legislativo nas eleições de outubro.

Presidente: Talvez pudéssemos começar um pouco mais do fundo. Há uma total e absoluta incompatibilidade entre um regime presidencialista e um sistema partidário forte, consistente e dou-

trinário. A ser verdade que uma democracia só pode ser duradoura no momento em que encontrar uma base de sustentação em partidos assim constituídos, nós depreendemos, sem que haja aí nenhuma tendência de catastrofismo, que um sistema democrático duradouro é incompatível com o sistema de governo presidencialista.

O presidencialismo mói o sistema partidário, aniquila o sistema partidário. Portanto, sempre vai ser muito difícil se estabelecerem partidos em função de uma doutrina, em função de um ideal. Isso eu tenho muito presente.

Nós fizemos uma campanha eleitoral, e uma campanha eleitoral que foi vista no início como uma doce aventura de um jovem governador de Estado, sem maiores conseqüências. No decorrer da campanha foi-se verificando que era muito mais do que isso. Além do romantismo, do ideal que foi o grande êmulo da campanha, nós tivemos a felicidade de verificar que nossas ansiedades eram quase que idênticas às de grande parte da sociedade brasileira. Houve, portanto, essa sintonia e essa identificação.

No decorrer do processo, e já aí quando eu estava com índices alentadores nas pesquisas de opinião, recebi diversas ofertas de apoio de pessoas que queriam ingressar no partido, um partido recém-criado.

Nunca estimei isso, a prova aí está. A bancada do PRN, durante toda a campanha, não ultrapassou 21 ou 23 deputados. E eu poderia, já nesse período, ter começado a engordar o PRN. Depois da eleição não preciso nem dizer. Era o primeiro Presidente eleito depois de 30 anos, em dois turnos. Tudo isso facilita bastante a incandescência do poder, que já é uma coisa bem atrativa para as pessoas que têm uma visão fisiológica e oportunista do processo político.

Em nenhum momento admiti conversas sobre a criação de um partido forte, um partido majoritário, ou de estabelecer coligações que dessem nisso ou naquilo, com base no interesse pessoal. Ou seja, se fôssemos construir uma base de sustentação nessa relação de cargos, apoio, coligações, estaríamos incorrendo no mesmo erro que no passado tanto criticamos.

Quanto à costura e alianças, quis que fosse feita em torno de um ideal: o da compreensão do momento difícil que o País atravessa, da percepção de que talvez não nos seja dada outra oportunidade, dentro de um regime democrático, para resolver essas situações. A questão não é do Presidente, não é de um partido ou de dois, mas da sociedade como um todo, e devemos todos estar engajados nesse processo.

Foi com o chamamento ao interesse público que essa convocação encontrou eco no Congresso Nacional — daí as grandes vitórias, não que o Governo alcançou, mas que a sociedade toda alcançou. Não foram vitórias do Governo, absolutamente. Foi um movimento articulado pelo Governo, mas que representava o desejo da sociedade.

A partir daí, a questão do que parecia ser somente o interesse público começou, por um processo de cissiparidade, a mostrar também o interesse particular e pessoal envolvido nela — ou a expectativa de que o interesse pessoal viesse a ser atendido. E aí começaram as demandas, as solicitações que, infelizmente, não podemos atender, porque temos que priorizar a meritocracia, que é o que também falta no serviço público. Nós não podemos preparar o País para um regime parlamentarista se não tivermos uma burocracia fundada no mérito.

Então, fico muito satisfeito quando hoje olhamos essas estatais, como a PETROBRÁS, e percebemos uma administração profissional, de excepcional qualidade, atuante, moderna e um corpo de funcionários e uma diretoria que vêm se conduzindo com muita competência. Você vai para Furnas e é a mesma coisa. ELETROBRÁS, a mesma coisa. Na TELEBRÁS, a mesma coisa. Na EMBRATEL, a mesma coisa.

Não subsiste mais aquele quadro, de difícil compreensão em que um diretor era representante da dissidência de um partido no Estado «x», o outro diretor representante do partido «y» e assim por diante. A coisa nunca podia andar, porque no momento em que se reunia a diretoria para tratar do interesse de uma dessas estatais — por exemplo, no que tange à questão de investimentos —, cada um representava o interesse de uma facção, de um partido, e portanto queria levar os investimentos pa-

ra tal lugar, atendendo a reclamos partidários muito mais do que aos reclamos da própria empresa ou do Governo. No momento em que isso não pôde mais ser feito, começou a haver uma certa insatisfação no Congresso: «Porque não fui atendido nisso, não fui atendido naquilo». E nós sempre procuramos conversar: «Olha, a coisa não pode ser feita dessa maneira. Nós todos nos comprometemos em mudar os métodos. Não podemos mudar o Brasil se não mudarmos a prática. Temos que mudar a prática».

Enfim, houve um momento difícil no que diz respeito à questão da sustentação, mas hoje, já ultrapassada essa segunda fase desse incômodo maior de alguns setores do Congresso, me parece que todos estão, pelo menos a maioria, conscientes do papel que têm que desempenhar nesse momento da vida nacional. Um fato que nos preocupa muito é verificar que a classe política vem sendo bastante desprestigiada na avaliação da sociedade. Isso está retratado também em pesquisas. O desinteresse da população em votar para deputado e para senador também é algo palpável e evidente. E não se reconquista a confiança da sociedade sem que se tomem atitudes vocacionadas para o interesse público. É isso que me parece estar acontecendo no Congresso Nacional agora, até tendo em vista a proximidade das eleições.

Não tenho nenhum interesse, nenhum desejo de constituir um partido hegemônico nem uma base de sustentação parlamentar utilizando esse instrumento e essa prática, absolutamente fora da ortodoxia, de oferecer cargos em função de apoio. Eventualmente, alguma sugestão que seja feita e que coincida com o princípio do mérito, da competência e assim por diante, e que tenha a simpatia de um dos integrantes do Congresso, não vai encontrar nenhum preconceito de nossa parte.

Mas isso não será uma prática independente do mérito ou da qualificação que se deseja para o exercício de uma função. Então, não há nenhum desejo meu de ter partidos ou partido hegemônico, senão já estaria trabalhando nesse sentido.

Quanto às eleições que se aproximam, meu comportamento será de absoluta equidistância. O exemplo maior está em Ala-

goas, meu Estado, onde temos dois candidatos, ambos ligados a mim, de muitos anos, mas que não conseguiram se entender e cada um oferece a sua candidatura por partidos diferentes. O que eu não posso fazer é, com a minha atuação, tentar, de alguma forma, modificar a intenção do eleitor. Apesar de pouco tempo na política, já sofri muito e em todas as lutas de que participei quase que solitariamente, com um grupo de meia dúzia de pessoas, lutei bastante. Então, acho que cada um também deve fazer o caminho com os seus próprios pés, deve fazer a sua própria caminhada. Por isso não interferirei em nenhum instante, nem em candidatura majoritária, nem em candidatura proporcional.

Eu entendo, isso é perfeitamente humano, que diversos candidatos estejam colocando que são candidatos do Presidente, são amigos do Presidente. Não posso, por motivos óbvios, ficar toda hora respondendo: «Não! Não é verdade isso, não é verdade aquilo». Todos, de alguma forma, estão querendo juntar a sua imagem à imagem do Governo. Da mesma forma — e isso seria também humano e eu entenderia perfeitamente —, esse movimento seria inverso se o fato de dizer que é ligado ao Presidente não fosse, do ponto de vista eleitoral, produtivo. Isso é uma coisa da natureza humana. Portanto, não pretendo interferir.

Não interfiro em nenhuma decisão a nível de partido e desejo, saído o resultado dessas eleições, fazer prevalecer no novo Congresso aquilo que estamos tentando fazer prevalecer neste. Ou seja, na política, quando não obedecido o interesse público e quando a ação não está impregnada de ideal, converte-se numa profissão vil.

A política, dentro do conceito de obediência ao interesse público, de atenção a um ideal, essa sim é uma atividade nobre, e é desse modo que a gente tem que estabelecer a prática política daqui por diante. E torcer para que esse Congresso seja de um bom nível, a fim de que possamos nos preparar para a transição rumo ao parlamentarismo. Com um Congresso que não esteja obediente às boas práticas que devem ser exercidas na atividade pública e com uma burocracia não profissionalizada, é claro que pensar em parlamentarismo torna-se bem mais difícil.

As Eleições

Jornalista: Com o povo, no segundo turno, uma aliança de governadores também não lhe interessa?

Presidente: Não.

Jornalista: E governar em minoria parlamentar, se for esse o preço dessa sua atitude, também não lhe causa o menor problema?

Presidente: Em Alagoas eu passei dois anos e dois meses governando em minoria. É claro, minha gente, que é muito mais difícil. É complicado.

Jornalista: Aqui são cinco anos, não é?

Presidente: Aqui são cinco anos.

Jornalista: Um exemplo concreto. No caso do Rio de Janeiro, se para o segundo turno for provavelmente um adversário seu, o engenheiro Leonel Brizola contra o Senador Nelson Carneiro, candidato do PMDB, mesmo assim o senhor vai ficar equidistante na eleição?

Presidente: Sim, porque há uma coisa fundamental, que todo dia de noite eu coloco na minha cabeça: uma pessoa como eu, que chega aos 40 anos de idade à Presidência da República pelo voto direto, sendo votado duas vezes, sendo Presidente de um país como o Brasil, não tem o direito de constituir adversários. As pessoas podem se autoconstituir adversários meus, até mesmo por uma questão político-eleitoral. Mas eu não posso fazê-lo.

Jornalista: Mas o senhor tem o direito de consolidar amizades?

Presidente: Isso sim. E é o que eu procuro fazer: consolidar as amizades que já possuo e fazer novas se for possível.

Jornalista: Mas no exemplo carioca, Presidente, o senhor não acha que, mesmo que o senhor nem se manifeste, o eleitorado vai entender que o senhor teria preferência por um candidato? Até isso o senhor vai procurar evitar?

Presidente: Isso é natural. Em alguns estados, pelo fato da disputa ter sido muito acirrada, a população sabe muito bem quem é quem. Alguém que se posicionou virulentamente contra a minha candidatura no decorrer da campanha eleitoral — estamos raciocinando aí por absurdo —, se essa pessoa quisesse se apresentar como uma figura vinculada ao Presidente da República, a sociedade constataria a falsidade.

Do mesmo modo, se chegar uma pessoa que no decorrer da campanha esteve sempre em apoio à minha candidatura, que se expôs, se essa pessoa no palanque disser que é ligada ao Presidente da República, eu vou dizer que é verdade, que vi esse sujeito me defendendo.

Jornalista: Então o senhor não vai botar o pé em nenhum palanque?

Presidente: Nenhum palanque.

Estatais

Jornalista: Eu só queria voltar àquela resposta anterior sobre as estatais. O senhor mostrou a vantagem de não fazer nomeações para as diretorias por interesses políticos. Por outro lado, os acionistas majoritários não têm representação nas diretorias dessas empresas estatais. Isso não cria o risco de que as corporações dessas empresas acabem se transformando naquilo que se

chama «nomenclatura», ou seja, criando para a si próprias os privilégios que não são dos padrões dos trabalhadores, do povo brasileiro?

Presidente: Esse é um dos embates que temos. Sem dúvida, a sua pergunta é absolutamente procedente e se associa a uma preocupação nossa. Essa «nomenclatura» já existe, não somente na Petrobrás, mas em todas essas grandes estatais. Isso é inegável. Tanto assim é que, no decorrer da campanha eleitoral, todas elas foram muito críticas em relação à minha candidatura. Elas se colocaram numa posição de oposição frontal, porque eles tinham certeza de que eu iria desmontar, peça por peça, essa engrenagem. E já comecei a desmontar. E vou desmontar porque isso conflita com todo esse ímpeto de modernidade, de eficiência, de combate aos privilégios.

Essas fundações estatais são um dos maiores absurdos de que já se tem notícia, não só no Brasil mas no mundo. Não tem nada parecido com isso. Com o dinheiro de quem? Do contribuinte, com o nosso dinheiro.

Para que os senhores tenham uma idéia, o cálculo que fazíamos das aplicações dessas fundações no total diário que girava no *overnight* era de 50 bilhões de dólares. A estimativa que tínhamos era uma coisa monumental. Esses números, quero fazer uma ressalva, estão sujeitos à confirmação, porque são de estimativas na época da realização do plano. Só perdiam em aplicação para as seguradoras, que possuíam um volume de recursos aplicados maior que as fundações estatais.

Esse desmonte a gente já começou a fazer. Não podemos permitir corporações nem do lado patronal, nem do lado dos empregados, dos trabalhadores. A corporação patronal representa o capitalismo selvagem, que tem como antípoda o sindicalismo selvagem, que representa a corporação do outro lado da linha. A gente tem que desmontar tanto uma corporação quanto outra. Existe algo mais excrescente do que esse imposto sindical? Isso não é uma coisa que se coadune com o que estamos preconizando.

Depois vem a questão da representatividade. Na Petrobrás já conseguimos constituir uma diretoria profissional, de pessoas

vinculadas à própria empresa, que têm amor à empresa, mas que não têm essa visão corporativista. Eles têm a visão de uma empresa livre, aberta, eficiente, de uma empresa que busca o seu espaço sem que o Governo interfira, sem que fique pressionando na questão das tarifas de preço de combustível, disso ou daquilo. Isso nós já começamos a fazer.

Congresso e Salários

Evandro Carlos de Andrade: O que está sendo passado para a opinião pública, principalmente vindo do Congresso, é que o senhor colocou uma lei salarial dura, do ponto de vista de quem vai para a campanha defender essa lei salarial perante o eleitorado. E que aí haveria uma espécie de «acórdão»: o Congresso finge que não vota a lei, e o senhor finge que vai vetar a lei deles. O senhor pode, porque, afinal de contas, a sua eleição já foi há algum tempo atrás. Então os congressistas diriam: «Nós não vamos votar essa Medida Provisória, o senhor fica aí com ela. Agora, nós temos esse projeto aqui, que é o projeto ideal para salvar o País». Como, no momento, o que têm que salvar é a cara deles na eleição, evidentemente o senhor vetaria o projeto deles, e permaneceria em vigor o seu.

Presidente: Eu não faço isso de jeito nenhum. Inclusive, nós conversamos aqui longamente, quinta-feira à noite, o Deputado Renan Calheiros, o Deputado Ricardo Fiuza, o Deputado Humberto Souto — depois eu convoquei o Professor Kandir —, os líderes dizendo que havia esse projeto lá no Congresso, que estavam falando em indexação, e procurando ver se havia algum modo de conciliar. Eu disse a eles: «Absolutamente, não há nenhuma possibilidade, eu não posso aceitar nenhum tipo de indexação, porque, se eu aceitar a indexação, estarei sendo responsável pela condução do País ou à hiperinflação ou a uma brutal recessão. Quero dizer a vocês que isso é um absurdo, isso é um crime contra o País. Nós não podemos, absolutamente, fazer isso»: Eles disseram: «Bom, e se isso for aprovado?» Respondi:

«Se isso for aprovado, eu não terei como sancionar. Eu aporei meu veto». E perguntei ao Professor Kandir: «Há alguma alternativa para que possamos melhorar a nossa proposta, e para que isso seja feito como um projeto de conversão?» Conversamos, e o Professor ofereceu algumas sugestões, mas nenhuma que eu tenha achado que pudesse, em algum instante, servir de ponto de concórdia nesse entendimento.

De modo que isso eu não faço. Podem até estar dando essa interpretação, mas isso eu não faço.

Evandro Carlos de Andrade: Nem a indexação até três salários mínimos?

Presidente: Mas sabe o que significa a indexação até três salários mínimos? É que 44% da massa salarial estão na faixa de um a três salários mínimos.

Evandro Carlos de Andrade: É, e 80% do eleitorado.

Presidente: Mas é a tal coisa: você não pode querer servir, nesse momento, a um e a outro. Eu acho que o momento é de todos nós servirmos à Nação, ao País. E isso nos impele, definitivamente, para a consolidação desse programa e para a manutenção dessas regras, incorrendo aí no risco de incompreensões por parte de companheiros do Congresso. Mas nós não podemos agir de maneira diferente.

Fundações Previdenciárias das Estatais

Jornalista: Eu queria pedir licença para uma pergunta extra. Respondendo ao Evandro, o senhor tocou num vespeiro, que é a discussão dessas fundações previdenciárias, como um grande exemplo da deformação a que chegou o corporativismo dentro das estatais. Eu acho útil esclarecer melhor em que ponto o senhor enxerga realmente isso como deformação.

Presidente: A restrição ao repasse de recursos das empresas para essas fundações é, inclusive, objeto de uma das Medidas Provisórias já aprovadas pelo Congresso Nacional.

Ficou proibido às empresas estatais repassarem recursos do seu orçamento para as fundações. Em geral, acontece o seguinte: o fundo é constituído por 20% de desconto feito do salário dos funcionários da estatal, e 80% de recursos da própria empresa. E eu não diria que essas fundações tenham nascido somente com essa filantrópica intenção de atender aos reclamos dos seus funcionários. Há outros interesses também, porque essa é uma maneira que se tem de fazer a política clientelista no universo da estatal. E se faz muito. Agora, também é verdade que, para formação dessas fundações concorreu muito o fato — e esse é que foi o grande chamariz para a gênese dessas fundações — de que a previdência oficial não funciona adequadamente. E eles dizem: «Mas se houver um problema de saúde com o nosso trabalhador, o nosso funcionário, nós vamos deixá-lo nessas filas do INAMPS, do INPS, com três meses para marcar uma consulta, quatro meses para ser operado? Não pode. Os nossos funcionários têm um nível mais elevado, precisavam ter um atendimento melhor».

É verdade que isso serviu de fator de aceleração e de disseminação dessas fundações. Mas um erro não pode provocar outro. O que temos que fazer é corrigir as distorções que continuam a existir no sistema previdenciário brasileiro. Mas essas distorções só poderão ser finalmente encerradas quando tivermos recursos, disponibilidades orçamentárias para fazer frente a essas demandas; quando tivermos, por exemplo, um quadro funcional, burocrático, altamente responsável.

Ainda há poucas semanas, vimos no noticiário um caso que não acontece somente no Rio de Janeiro, mas no Brasil inteiro. Em Alagoas mesmo, quando assumi o governo do Estado, 80% dos funcionários da Secretaria da Agricultura estavam lotados em Maceió, na capital, 70% do pessoal da Secretaria de Saúde também. Então isso é geral, no Brasil inteiro. No Rio, médicos que fizeram concurso, especificamente, para lotação no quadro de funcionários do Hospital da Posse, passaram lá um determinado período e pediram transferência do Hospital da Posse, em

Nova Iguaçu, para Ipanema ou Leblon, porque ficava mais perto de onde eles moravam. Quando, nessa reforma, eles foram chamados a retornar ao seu local original de trabalho, eles se reuniram e disseram simplesmente que não voltariam, porque ficava muito longe de Ipanema, onde moravam.

Imagine um trabalhador de uma fábrica em Taubaté, que de repente, por um motivo ou por outro, vê a fábrica mudando para São Bernardo do Campo e diz: «Não, eu não saio daqui, a fábrica se quiser que permaneça aqui, porque eu fui empregado aqui em Taubaté e não vou trabalhar lá». Isso não se pode admitir como uma atitude acertada. A culpa é dos médicos? Eu não diria tanto. A culpa é de um sistema viciado, anacrônico, sem contato com a responsabilidade que é exigida de um funcionário público, que se queira merecedor da contrapartida que recebe pelo serviço prestado, que é o salário. São diversas distorções, são problemas enormes e resistências que temos encontrado. Quanto à questão da legislação, de um modo geral, temos um exemplo recente. Assistimos há dois dias o episódio de o dono de um posto que reduziu o preço da gasolina e recebeu um telex dizendo que não podia fazê-lo. No fundo, quem mandou o telex, cumpria normas. Realmente há uma portaria dizendo que tal não podia ser. Faltou talvez a essa pessoa a sensibilidade de, antes de mandar o telex, advertir o seu chefe imediato, ou o secretário nacional da área, ou o Ministro, enfim, para o que estava havendo. E o dono do posto, agindo em perfeita coerência com tudo o que a gente está pregando, recebe de uma autoridade o aviso de que é proibido vender gasolina mais barata.

Jornalista: Teve a vantagem da repercussão.

Presidente: Sim. Mas isso porque na mesma hora eu liguei para o chefe do Gabinete Militar pedindo para procurar o dono do posto e parabenizá-lo, falei com o Ministro da Infra-Estrutura... Enfim, devem ser tomadas atitudes imediatas. Mas tem disso. O rótulo de cerveja no Brasil não pode ter mais do que três cores. Se a gente aqui quiser montar uma cervejaria e quiser fazer um rótulo com quatro cores não pode, a lei impede. Se eu moro em Brasília, não posso ir à Goiânia comprar um

carro. E quem mora em Goiânia não pode comprar um carro aqui em Brasília. Os problemas são muitos, volumosos.

Essa questão da Previdência nós temos que resolver investindo mais no setor, exigindo mais dos profissionais que trabalham no setor, o que só poderemos fazer no momento que pudermos oferecer a eles condições dignas de trabalho e salários condignos. Para isso precisamos ter dinheiro. Não se faz política social sem recursos. E só poderemos ter esses recursos — e recursos próprios, para não termos, como foi feito há algum tempo, que nos endividar.

No momento em que tivermos um orçamento equilibrado, as nossas despesas contidas, os nossos gastos absolutamente controlados, de modo a que o Estado gere, de si próprio, superávit, então, reteremos recursos para aplicar nessas áreas sociais que estão inteiramente desacreditadas, no que diz respeito à prestação de serviços públicos, perante a sociedade.

Desregulamentação

Alon Feuerwerker (Folha de S. Paulo): Presidente, o senhor falou do caso do posto de gasolina, do rótulo de cerveja e de comprar carro em outro estado. O que o seu Governo pode apresentar até o momento como realização na área de desregulamentação, e quais são as suas metas concretas, práticas, nessa área, que sejam perceptíveis pelas pessoas comuns?

Presidente: Eu pediria depois ao Secretário de Imprensa, Cláudio Humberto, que oferecesse ao Alon a relação do que já foi feito até agora no que diz respeito à desregulamentação. Mas vejamos, por exemplo, a questão da legislação onde estamos muito atentos à nossa própria experiência. Vamos supor: nós temos hoje quase cem mil decretos, 50 ou 60 mil leis complementares. Naturalmente, faz parte da desregulamentação esse trabalho de limpar, de rever a legislação que já não tem mais por que existir. Esse é um trabalho permanente. Por mais que a

gente faça nesses cinco anos, o próximo Presidente terá que ter isso como trabalho permanente. Isso não pode parar, porque é preciso facilitar a vida do cidadão, retirando a intervenção do Estado ao máximo possível.

Nesse particular da desregulamentação, além dos casos que nos chegam, agora foi montado aqui no Palácio, um sistema de atendimento telefônico para receber denúncias de qualquer pessoa que veja algum absurdo desses. Foi por denúncias como essas que surgiu a do posto de gasolina. Nunca poderia imaginar que houvesse uma lei proibindo vender qualquer coisa mais barata. Uma regulamentação impedindo que venda mais caro seria compreensível, mas mais barato, não.

Gostaria de fazer comentários, também, sobre a questão da Constituição. Muitas vezes as pessoas dizem que o Presidente está ferindo a Constituição. Em momento nenhum isso ocorreu. Todas as medidas e mensagens que temos encaminhado temos tido a preocupação da observância aos ditames constitucionais. O que estamos vivendo é o exercício de algo extremamente novo. A Constituição saiu do prelo agora, em outubro de 1988. E, pela primeira vez, dentro de um regime democrático, constituído pelo voto popular, estamos exercitando essa Constituição. Qualquer um de nós, discutindo qualquer tipo de assunto, se formos nos socorrer da Constituição, do que lá está colocado, *lato sensu*, sempre encontraremos algum ponto obscuro, no sentido de alguma coisa duvidosa, porque falta a legislação complementar que regulamenta o artigo constitucional.

Então o que está acontecendo no País, hoje, é que cada um dos Poderes está exercendo suas atribuições na plenitude e nos limites de sua competência. No momento em que envio uma medida, e ela é considerada inconstitucional pelo Congresso ou por quem quer que seja, que se remeta a questão à apreciação do Judiciário para a palavra final. Com isso estamos de alguma maneira formando jurisprudência e preenchendo a lacuna criada pelo fato de a Lei Complementar, por qualquer motivo, não ter sido ainda votada pelo Congresso Nacional.

Por exemplo, chega-me às mãos uma mensagem, uma lei para sanção. Se esse projeto de lei nascido no Congresso Nacional é absolutamente inconstitucional, no nosso parecer, será

que isso significaria que o Congresso Nacional está querendo ferir a Constituição, inclusive depois de isso ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e ter sido aprovado? Não. Absolutamente. Esse Projeto, dizia o seguinte: após a realização de visita ou missão oficial ao estrangeiro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores apresentará relatório circunstanciado ao Congresso Nacional. Artigo segundo: O relatório esclarecerá minuciosamente: a) os motivos determinantes da viagem; b) a natureza dos entendimentos mantidos; c) os resultados alcançados. Parágrafo único: Quando forem firmados atos internacionais, o relatório se fará acompanhar de cópia autenticada. Artigo terceiro: Qualquer membro do Congresso Nacional poderá requerer informes complementares sobre assuntos que julguem não ter sido suficientemente esclarecidos. E por aí vai.

Parlamentarismo e Presidencialismo

Jornalista: A propósito do parlamentarismo, Presidente, curiosamente, é do conhecimento público que o senhor é parlamentarista, é um Presidente com pouco mais de cem dias que toma a iniciativa de falar no parlamentarismo, que será submetido à vontade da Nação num plebiscito. O senhor acha possível haver parlamentarismo que funcione com esse sistema partidário vigente? Sem que haja ou o voto distrital ou o voto distrital misto?

Presidente: Bom, o sistema partidário é esse. A gente tem que saber por onde começar. Se nós concordarmos que o sistema presidencialista é incompatível com um sistema partidário forte e consolidado, nós temos que escolher. E como é que a gente começa: constituindo partidos fortes, ou pelo parlamentarismo? E se o regime é presidencialista, como é que a gente vai constituir partidos fortes? Isso é algo que tem que ser bem ponderado. É por isso que eu colocava aqui o esforço que cada um de nós deve fazer para que o futuro Congresso seja um Congresso dotado, na sua imensa maioria, desse sentimento, impregnado

desse sentimento, porque isso facilitaria bastante. A questão do voto, no meu entender, deve ser pensada em termos do voto distrital misto. Porque o voto distrital — ao nível do Sul, não, mas ao nível do Norte e Nordeste, sim — cristaliza oligarquias, sobretudo rurais, que atravancam o processo. Então nós temos que fazer um voto distrital misto: por exemplo, um estado eventualmente se constituir num distrito, ao invés de dividir o estado.

Jornalista: O senhor pretende tomar a iniciativa nessa questão?

Presidente: Não. Tenho conversado com os líderes do PSDB no Senado e na Câmara, trocado algumas palavras sobre essa questão. Mas isso deverá ser de iniciativa do próprio Parlamento, já que tudo tem a ver com o Parlamento. O Presidente da República não deve avançar nesse terreno para deixar o Parlamento oferecer suas sugestões.

Jornalista: Na formação de partidos, o senhor não quer interferir. Na mudança do sistema eleitoral, não quer e não convém que mexa. A sua parte é fazer a emancipação política da burocracia? Quanto menos houver mecanismos que articulem a administração pública com os interesses partidários pode significar que se caminha mais para perto do sistema parlamentar?

Presidente: Sem dúvida. Acho que tudo isso leva a facilitar, a aplinar o caminho do parlamentarismo.

Jornalista: O senhor está fazendo isso com um propósito, ou isso é uma consequência?

Presidente: Eu diria que é uma coisa subconsciente. Eu até acho que falei com o Augusto Nunes (do jornal *O Estado de São Paulo*) outro dia uma coisa muito interessante. Não sei o que ele disse, não me lembro, mas eu dizia o seguinte: em tudo o que a gente fala, em tudo o que a gente escreve, em tudo o que a gente faz, há a parte de Deus, que é a parte em que a população e as pessoas entendem de uma maneira positiva, às vezes até melhor do que a gente quis expressar, e há a parte do diabo,

que é a parte em que as pessoas entendem de uma maneira inteiramente diferente aquilo que você quis dizer.

Mal comparando, porque esse caso que eu vou citar não seria nem um caso de Deus nem do diabo, mas apenas da interpretação que foi dada, eu como colaborador de *O Estado de São Paulo* para eventos esportivos, num dos artigos que escrevi, coloquei o seguinte: «O Brasil jogou com régua, compasso e esquadro. Jogou um jogo quase que científico». Não citei se era bonito ou feio. «Enfim, jogou com aplicação, jogou cautelosamente e tal». Na reunião dos cem dias de Governo, ao sair, eu fui cumprimentar um a um, os meus Ministros, e um deles disse assim: «Presidente, o que o senhor quis dizer com aquele negócio de régua, compasso e esquadro?» Eu tentei explicar. Ele insistiu: «Aquilo não foi nenhum recado que o senhor mandou?» Eu falei: «Recado? Não». E ele: «Não foi nenhum SOS?» Eu: «SOS? Não». Aí ele me puxou, me pediu para conversar num canto e disse: «Não, é porque isso na linguagem maçônica significa pedido de socorro». Você veja que coisa interessante. E eu falei: «Não. Deixa pensar que é isso mesmo. Se não for para o Governo, é socorro para a seleção». Mas veja que coisa interessante.

É uma questão de interpretação — aquilo que está sendo colocado pelo Marcos (Marcos Sá Correia, *Jornal do Brasil*). Quem sabe isso não seja uma coisa subconsciente? Veja bem, no momento em que você alerta, a gente verifica que é perfeitamente compatível e até uma exigência que possamos, dentro de alguns anos, ter um regime parlamentarista, que só pode existir com um Parlamento dotado de muito espírito público, com um Parlamento inteiramente voltado para as causas nacionais e uma burocracia profissional.

O Deputado Delfim Netto, outro dia, conversando comigo, dizia que ele passou 17 anos como Ministro e Embaixador, alguma coisa assim. E que ele, depois que deixou a Embaixada e antes de ser candidato a deputado federal, passando por Washington, visitou a Federal Reserve e encontrou o mesmo sujeito que chefiava a burocracia do Federal Reserve há 17 anos atrás. O mesmo sujeito, na mesma sala. Entra governo, sai governo, é demitido o Secretário do Tesouro, entra outro Secretário, entra

Secretário do chamado Banco Central deles lá, e o camarada está lá. A Itália, quando eu fiz uma viagem como candidato, estava há 50 dias sem Primeiro-Ministro.

Jornalista: E a população não notava isso?

Presidente: Pois é, ninguém notava. Não que não faça falta; é claro que faz, mas a máquina funcionava naturalmente, normalmente, porque havia esse profissionalismo burocrático. Aqui, imagina! E nisso eu tenho que dar a minha mão ao Dr. Ulysses — não somente por isso, mas por várias outras frases dele, mas essa especificamente — quando ele diz: «Como é que podemos implantar o parlamentarismo no Brasil quando existe o Funrural?» A representação do chamado Funrural num município, por menor que seja, mobiliza interesses políticos enormes. Então, no momento em que tivermos essa burocracia profissionalizada, nós já teremos dado um grande passo, porque só se pode ter uma burocracia eficiente quando houver a exigência do mérito. Sem o mérito nós não podemos ter uma burocracia respeitada e que se faça respeitar.

O Banco Central

Jornalista: Nessa linha, Presidente, o senhor citou o Federal Reserve, o senhor seria favorável também a que o Banco Central brasileiro tivesse autonomia?

Presidente: Já demos um grande passo. O Banco Central tem mesmo que ser autônomo. Mas nós já demos um passo gigantesco. Você olha o Banco Central como funciona: hoje ele faz política monetária, antigamente não tinha como fazer.

Jornalista: O senhor pretende levar adiante o projeto de fazer um Banco Central completamente autônomo?

Presidente: Sim, isso está perfeitamente inserido dentro das nossas propostas. No começo do governo, com o Plano Econômico, o pessoal dizia assim: «Vem cá, você fez essa pregação de economia de mercado, de livre iniciativa, contra a intervenção do Estado, e como é que você explica essa intervenção tão grande como nunca houve na economia brasileira, patrocinada por você?» Realmente foi. Nem nos governos que dispuseram de instrumentos autoritários, chegou-se um programa de tal magnitude. Agora, por que isso? Porque todos nós também entendíamos que era fundamental e necessário fazer esse processo de intervenção rigorosa na economia, para que readquiríssemos os instrumentos de política econômica que não tínhamos. Então, a partir do momento em que reconquistamos esses instrumentos de política econômica, começamos a sinalizar que aquelas seriam medidas de ajustes inicial feitas para possibilitar o passo seguinte na direção da abertura da economia, que é o que nós estamos dando agora. Essa sinalização é muito importante, porque há muitos que ainda ficam em dúvida. É o chamado «*Collor hold up*». As pessoas perguntam: «Mas como? Como é que foi isso? Como é que foi aquilo?» Então é necessário que a gente emita esses sinais para mostrar o caminho que nós devemos seguir.

Jornalista: Presidente, essa não seria a versão na economia da tese da guerra para acabar com todas as guerras? Aliás, a guerra não acabou?

Presidente: Não, de jeito nenhum. Acho que esses cinco anos de Governo serão de muita ação e de muita emoção.

Combate à Inflação

Jornalista: Eu me refiro à intervenção na economia. O senhor diz que fez a intervenção para que não haja mais a intervenção federal a esse nível.

Presidente: Não. Não pode haver. E é exatamente por isso que nós estamos insistindo em que sejam mantidas as linhas mestras do Plano, buscando sua consolidação. Fala-se em «Plano Col-
lor II». Não vai haver Plano II nenhum. É esse mesmo que está aí, esse que estamos cercando de todos os cuidados. Além do mais, o Brasil não tem como agüentar mais um plano econômico. Todos sabem que esse é o Plano adequado para retirar, de uma vez por todas, o Brasil dessa situação. Naturalmente temos que enfrentar também essa cultura inflacionária muito arraigada. Essa será uma grande luta, a de retirarmos, como mecanismo de raciocínio do cidadão brasileiro a expectativa de que sempre vai ter inflação.

Jornalista: *Está cheio de gente com saudade da inflação...*

Presidente: Sim. Sem falar nesses que, de repente, foram re colocados num sistema onde para se ganhar dinheiro, tem-se que trabalhar e não mais especular. Pela falta de treino, eles são os primeiros a terem saudade da inflação.

Jornalista: *Passado pouco mais desses cem dias, se o senhor tivesse que escolher uma coisa que fez e fazê-la diferente, que coisa seria essa?*

Presidente: Fazer diferente!?. Você está vendo que eu estou com alguma dificuldade em lhe responder. Não faria nada diferente, não. Eu acho que faria a mesma coisa. Faria exatamente a mesma coisa, da mesma maneira.

Governo e Constituição

Jornalista: *O senhor nem recomendaria mais cuidado à assessoria jurídica?*

Presidente: Vejam bem, fala-se muito dessa questão da assessoria jurídica. Se a gente for computar tudo o que já foi feito, to-

dos os acertos que já foram conquistados, vê-se que essas questões de supostos erros de assessoria se dão muito em função disso que a gente estava discutindo aqui: sobre se se tem amparo constitucional ou não. Mas nós estamos nessa fase de experimento. Nós todos, a sociedade brasileira está experimentando como conviver com uma democracia real. O Legislativo e o Executivo estão convivendo com uma nova Constituição, e até o Judiciário também está convivendo com a nova Constituição. A sociedade como um todo está vivendo um momento de experimentos.

Jornalista: O senhor diria que o saldo jurídico é positivo?

Presidente: Ah, sim, sem dúvida. Vejam bem, a coluna vertebral do Plano foi juridicamente muito bem elaborada.

Jornalista: O senhor está ajudando a desmentir a máxima do Sarney de que com esta Constituição não dá para governar?

Presidente: Eu estou governando. Com essa Constituição, nós promovemos a maior reforma econômica do País e uma das maiores do mundo, sem nenhum tipo de instrumento discricionário à disposição. Como tudo o que é novo, isso cria uma certa dificuldade.

Jornalista: Se tivesse sido regulamentado pelo Congresso Nacional a aplicação desses 12% e se isso estivesse em vigor, o senhor teria condições de falar sobre essa política monetária ativa do Banco Central?

Presidente: Não, não teria. Mas eu também não teria nenhuma dúvida de afirmar que isso não ocorreria, porque o nosso direito é consuetudinário. Ele não pode conflitar com esse princípio. Balizar os juros é algo no mínimo desnecessário para ser regulado por uma Constituição.

Eu entendo que no momento que essa emenda foi apresentada em função daquele processo de hiperinflação, de desorganização econômica, isso tenha tido o seu apelo, tenha tido até mesmo as suas razões. Mas, se a Constituição é um instrumento

que se quer também duradouro, perene, não se pode colocar dentro dela coisas que sejam absolutamente passageiras, sazonais. Que isso fosse remetido para as Disposições Transitórias. É a própria lei do mercado que vai dirigir tudo isso.

Jornalista: Eu tenho uma pergunta sobre a viagem à Argentina. O senhor vai viajar...

Presidente: Vou viajar quinta-feira. É uma viagem de reciprocidade. Como os senhores sabem, temos um protocolo que prevê que de seis em seis meses os presidentes dos dois países se visitem, alternadamente. O Presidente Menem esteve aqui na posse. Então agora me cabe ir a Buenos Aires, onde vamos assinar alguns protocolos e lançar os editais para construção da ponte que liga São Borja, no Rio Grande do Sul, a Santo Tomé, na Argentina, uma peça importante para o processo de integração.

Educação

Jornalista: As novas políticas industrial e comercial despertaram a consciência de que se o Brasil não der um salto em matéria de educação e pesquisa, a tendência será ficarmos cada vez mais atrasados. Dos países em ritmo intenso de desenvolvimento nas três últimas décadas, o Brasil é o que tem menos bolsistas de doutorado no exterior, comparado com a Coréia, com a China... E temos um quadro universitário bastante negativo em matéria de rendimento.

Eu queria saber se, lançada essa política, e uma vez que se considera, em geral, que é um tanto tímida a atuação do Ministério da Educação no seu Governo, é a área que aparentemente tem menos dinamismo, se, enfim, essas iniciativas seriam seguidas por um choque em matéria de educação e pesquisa?

Presidente: Nós temos alguns índices que são pouco confortáveis. Na educação temos da questão da alfabetização até o ensi-

no universitário e a questão de pesquisa e desenvolvimento. Temos hoje duas áreas em que se trabalha em cima de pesquisa e desenvolvimento: o Ministério da Educação, via Capes, e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Precisamos aplicar dinheiro em pesquisas e na criação de laboratórios nas universidades, que vêm, a olhos vistos, perdendo importantes espaços nessa área. As universidades têm autonomia administrativa, mas não querem ter autonomia financeira. Então o que precisamos é, em primeiro lugar, resolver essa questão do relacionamento entre o Governo e as universidades federais, o que está sendo promovido em seguidas reuniões entre o Ministro da Educação e os reitores, visando — esse inclusive é o ponto que vem sendo defendido pelo Governo — que o que se consiga em termos de redução dos custos da universidade seja destinado à aplicação em pesquisa e desenvolvimento.

Vamos reduzir as atividades-meio ao máximo.

Queremos que os recursos auferidos dessa dita reforma administrativa nas universidades sejam direcionados para a pesquisa. Isso é um passo inicial, pequeno, mas já na direção que pretendemos.

Não sentaremos à mesa dos oito (países desenvolvidos) se não tivermos capacitação tecnológica. E hoje essa questão da tecnologia é tão importante que, se não abrirmos os olhos, vamos nos oferecer em holocausto, vamos nos oferecer como peças desse neocolonialismo àqueles que detêm tecnologia e que fecham essa tecnologia em caixas pretas.

Além de, no seu conjunto, os países, de um modo geral, desenvolvidos estarem impedindo o nosso acesso a formas de inovações tecnológicas, eles impedem que nós, no caso o Brasil, possamos dar consequência econômica a uma tecnologia puramente nacional. Então, temos que agir nas duas frentes. A primeira frente é aqui, dentro do Brasil, destinando sempre maiores recursos para a pesquisa, sobretudo a nível das universidades. Em segundo lugar — e isso vai ser objeto do meu discurso,

em setembro, na abertura dos trabalhos da ONU — trabalhar a nível externo no sentido de que nos sejam abertas essas portas.

Aí entra também a questão do meio ambiente. Precisamos encontrar fórmulas de nos ajudar mutuamente, de ter acesso à tecnologia para que possamos preservar melhor o nosso ecossistema. E por aí vai. É um leque enorme de assuntos que em torno disso se poderia tratar.

Dívida Externa

Jornalista: Presidente, o senhor falou durante duas horas com a gente e não mencionou uma vez as duas palavras mágicas «dívida externa». Isto é uma definição das prioridades e dos métodos do seu governo?

Presidente: A dívida externa, não perdeu a sua importância, é claro, ela está na pauta do nosso contencioso.

Jornalista: Perdeu a prioridade?

Presidente: Eu não diria isso. A questão perdeu, vamos dizer assim, nessa fase inicial, devido a essas reformas todas que foram feitas, talvez, a velocidade com que o assunto estava se encaminhando. Até porque há sempre a compreensão de todos, indistintamente, de que essa é uma fase inicial de implementação de um programa econômico, de acomodação desse programa, e tem que se ver de que modo se configurará esse quadro. A partir daí, saberemos em que bases poderemos propor uma renegociação da dívida.

A Ministra da Economia, quando viaja e vai a Washington tratar de assuntos, sempre inclui na pauta a questão da dívida externa e sempre está falando com o diretor-gerente do FMI, o

presidente do Banco Mundial, o diretor do Clube de Paris e assim por diante. Não perdemos de vista essa questão.

Muito obrigado a vocês.

*Entrevista concedida
a diretores e chefes de redação de jornais por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto,
no dia 3 de julho de 1990.*